Eixo Capital

ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Ed Alves CB/DA Press

Lula pode decidir futuro político de Arruda

Está nas mãos do presidente Lula o PLP 192/2023, projeto que flexibiliza a Lei da Ficha Limpa, que pode dar ao ex-governador José Roberto Arruda a possibilidade de concorrer nas eleições de 2026. O Senado aprovou o projeto que altera a contagem dos prazos de inelegibilidade. Entre os beneficiados pelo projeto, estão também o ex-deputado Eduardo Cunha e outros políticos que recorrem de condenações eleitorais. Pelo texto, condenados por crimes eleitorais passarão a ficar inelegíveis a partir da data do julgamento ou renúncia do mandato pelo período de oito anos, e não mais a partir do fim do cumprimento da pena.

Carlos Vieira/CB/D.A Press

2x1

O projeto que reduz penas da Lei da Ficha Limpa foi aprovado com votação expressiva. Foram 50 votos favoráveis e 24 contrários. Na bancada do Distrito Federal, as senadoras Leila do Vôlei (PDT-DF) e Damares Alves (Republicanos-DF) votaram contra. O senador Izalci Lucas (Republicanos-DF) votou a favor.

Ed Alves CB/DA Press

Base lulista a favor

Entre os favoráveis ao PLP 192/2023, estão senadores da base lulista, como o líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), o líder da maioria, Renan Calheiros (MDB-AL), e do PT, Rogério Carvalho (PT-SE). Sinaliza que o presidente Lula deve sancionar o texto.

Vitória do advogado

O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, conquistou ontem mais uma estrela para seu currículo de vitória em casos complicados. A anulação do júri da arquiteta Adriana Villela, condenada a 61 anos de prisão pelo triplo homicídio no caso da 113 Sul, foi uma reviravolta, depois do voto do relator do recurso, ministro Rogério Schietti, que defendeu a soberania dos jurados e a prisão imediata de Adriana. Kakay atuou em diversos casos rumorosos, entre os quais, a absolvição do marqueteiro Duda Mendonça, denunciado no processo do mensalão pelos crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press

Homenagem

O empresário Paulo Octávio foi um dos homenageados na solenidade de abertura do 17º Campeonato Mundial de Kungfu Wushu, ontem, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Além dele, também receberam o reconhecimento o secretário de Esporte e Lazer do DF, Renato Junqueira, e o deputado federal Julio César Ribeiro (Republicanos-DF). Até domingo, Brasília será a capital global da modalidade. A cidade é a primeira da América Latina a receber a competição, que contará com mais de mil atletas de 77 países. A competição é organizada pela Confederação Brasileira de Kungfu Wushu (CBKW), com apoio da Secretaria de Esporte e Lazer (SEL-DF).

Arquivo Pessoal

PSol alega inconstitucionalidade em operação BRB-Banco Master

O diretório do PSol-DF acionou o Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) alegando inconstitucionalidade na transação de compra do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB) e pede a suspensão imediata da operação. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) alega que a operação viola o sistema orçamentário e financeiro do Distrito Federal, não apresenta estudos de viabilidade econômica, técnica e financeira, além de afrontar a função fiscalizadora da Câmara Legislativa do DF. O Partido alega, ainda, que houve violação dos princípios constitucionais da administração pública e vício de vontade legislativa, que consiste na aprovação do projeto sem acesso a informações mínimas.

Ascom/TJDFT

Menos autonomia para o BC

Parlamentares do centrão recolhem assinaturas para aprovar um pedido de urgência na tramitação de um projeto de lei que permite ao Congresso destituir presidentes e diretores do Banco Central. A iniciativa ocorre justamente quando está em curso uma operação, que precisa ser aprovada pelo BC, de compra de parte do Banco Master pelo BRB.

Arquivo pessoal

Ministro pede vista de recurso por condenação de 34 anos por cheque sem fundo

O ministro Sebastião Reis (foto) pediu vistas e suspendeu o julgamento na 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) dos embargos de declaração opostos pela defesa de pecuarista condenado a 34 anos de prisão pelo crime de estelionato, em razão da emissão de cheques sem fundos na compra de gado. O que está em questão é o tamanho da pena, como mostrou a coluna ontem.

Condenação exemplar

O vice-presidente da Câmara Legislativa, Ricardo Vale (PT), fez manifestação no plenário no primeiro dia de julgamento do grupo crucial na trama golpista que está ocorrendo no STF. "Começou hoje o julgamento do ex-presidente Bolsonaro e seus comparsas. Se esse golpe que o Bolsonaro tentou dar tivesse prosperado, o que seria desse país? Nós nem estaríamos aqui neste plenário. Então, espero que eles sejam condenados de forma exemplar, para que ninguém mais, em nome de Deus, da Pátria e da Família, tente dar golpe de Estado e ameaçar a nossa democracia", disse Ricardo Vale.

Arquivo Pessoal

INVESTIGAÇÃO / PCDF desmonta grupo com atuação nacional que se passava por garotas de programa na internet, usava nome do PCC e extorquia homens. Prejuízo chega a R$ 15 milhões, sendo R$ 1 milhão no DF. Três mulheres estão foragidas

Golpe das falsas acompanhantes

» DARCIANNE DIOGO

Um grupo criminoso causou um prejuízo estimado em R$ 15 milhões com a aplicação de extorsão pela internet. Para intimidar as vítimas, os golpistas se passavam por membros da maior facção do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC). A Polícia Civil (PCDF) prendeu, ontem, sete envolvidos no âmbito da operação Black Widow. Três mulheres estão foragidas.

A quadrilha tinha como base a cidade de Montes Claros (MG), onde os golpistas montaram uma verdadeira "central do golpe". O local, inclusive, é descrito pelos investigadores como um "polo" de formação desse tipo de grupo, sendo alvo recorrente de operações policiais de diferentes estados. Segundo as investigações, eles se infiltraram em sites de relacionamento e de acompanhantes (garotas de programa) e tinham como alvo homens.

A abordagem começa quando a vítima acessa sites de acompanhantes ou serviços similares. O primeiro contato é feito por alguém que se apresenta como prestadora de serviço, mas que, na verdade, integra a organização. A partir daí, outros membros do grupo passam a enviar mensagens com dados pessoais sigilosos, como endereço, local de trabalho e nomes de familiares, obtidos por meio de ataques de phishing (cibernético).

Escala de ameaças

O delegado-chefe da 18ª Delegacia de Polícia (Brazlândia), Fernando Cocito, explica que a atuação do grupo envolvia escalada de ameaças. No começo, os criminosos costumavam cobrar valores sob a justificativa do "tempo da acompanhante", mesmo sem que o serviço tenha sido prestado. No entanto, depois, exigiam o chamado "valor da facção", acompanhado de graves ameaças à integridade da vítima e familiares. Durante a investigação, a polícia coletou diversas mensagens de áudio e vídeo que mostram criminosos armados e detalham locais frequentados pelas vítimas, em verdadeira intimidação psicológica.

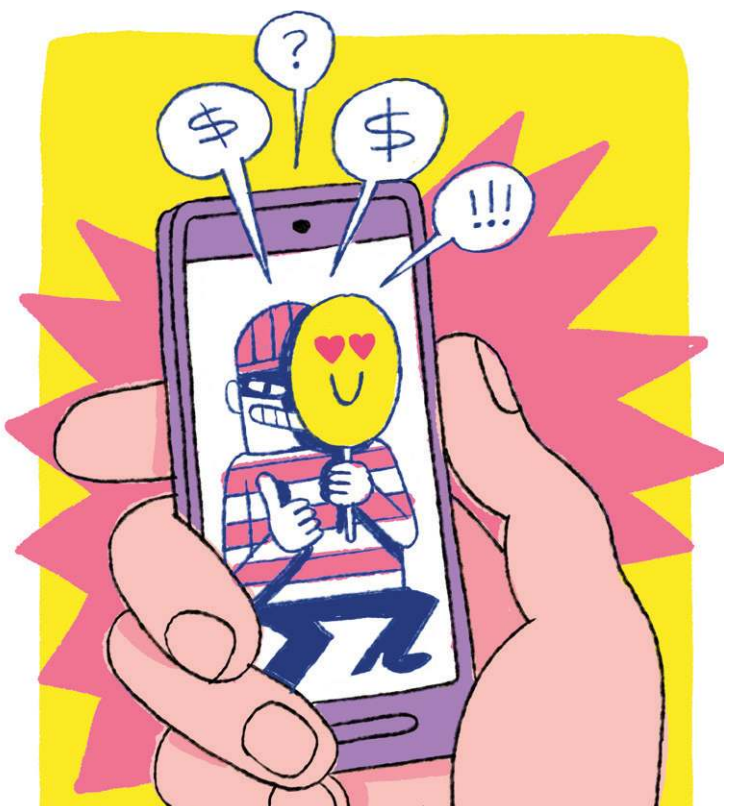
Prejuízo

No Distrito Federal, o grupo fez ao menos 250 vítimas nos últimos cinco anos. Seis delas são moradoras de Brazlândia, local onde se iniciou a investigação. O prejuízo estimado às vítimas da capital chega a R$ 1 milhão nesse período.

"Em 2025, o grupo já contabilizava aproximadamente 80 vítimas no DF e lucro de R$ 300 mil. A investigação também apurou que o esquema operava em outros estados, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Piauí, sempre utilizando o mesmo "modus operandi" de extorsões virtuais", detalhou o delegado Fernando Cocito.

O prejuízo é muito maior quando comparado aos golpes aplicados em todo o país: R$ 15 milhões. Segundo o delegado, a atuação interestadual evidencia a complexidade e a capilaridade da rede criminosa, que se valia de contas bancárias e chaves PIX em diferentes regiões para movimentar valores ilícitos.

Três mulheres estão foragidas. São elas: Victoria Fagundes Braga, Evelyn Cardoso Pereira e Jovelice Gonçalves Santos.



Os sete presos ocupavam funções de liderança, logística e suporte financeiro dentro da organização criminosa, sendo responsáveis tanto pelo contato direto com as vítimas quanto pela movimentação dos valores ilícitos.

Operação

A operação mobilizou 79 policiais civis do DF e de Minas Gerais. No total, foram cumpridos 10 mandados judiciais de busca e apreensão e 7, de prisão temporária.

Fotos: PCDF/Divulgação